EDITAL n. º 1596/2026

Seleção pública destinada a acadêmicos de pós-graduação em Direito de instituições de ensino regularmente conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 48/2021, torna público que estarão abertas as inscrições para a seleção pública de **estagiários de pós-graduação em Direito**, na submodalidade bolsista, nos termos deste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1. O processo seletivo realizar-se-á para a seleção de estudantes de pós-graduação em Direito.

2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
   a) Ser bacharel em Direito;
   b) Ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
   c) Estar regularmente matriculado e em curso de pós-graduação compatível com as atividades a serem desempenhadas na unidade de destino;
   d) Ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para jornada presencial;
   e) Ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
   f) Apresentar requerimento de inativação perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
   g) Não ter exercido, anteriormente, o total de 2 (dois) anos de atividade de estágio de pós-graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
   h) Estar apto a cumprir pelo menos 6 (seis) meses de atividades de estágio, levando-se em consideração o disposto no artigo 11 e no §1º do artigo 59 da Resolução PGJ nº 48/2021;
   i) Não possuir qualquer registro que o desabone junto a órgão policiais ou do Poder Judiciário**.**

3. **Questões relacionadas à segurança institucional poderão justificar a realização de diligências destinadas à verificação da vida pregressa e da conduta social do candidato.**

4. As informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, pelo endereço eletrônico: https://ceaf.mpmg.mp.br/estagio-e-residencia/

II – DA OFERTA DE VAGAS:

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de **2 vaga(s) e à formação de cadastro de reserva para a Promotoria de Justiça de Pompéu/MG**, observando-se, para a classificação, o disposto no capítulo VI deste Edital.

2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência que, no momento da inscrição, declararem tal condição, desde que as atribuições sejam compatíveis com as necessidades específicas do candidato com deficiência.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar, dentro do período da inscrição, para o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com referência expressa ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e à causa da deficiência, devendo constar, ainda, que a condição se enquadra nas hipóteses previstas no art. 4º, e incisos, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

2.2. O laudo deverá ter sido expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições, exceto nos casos de deficiência permanente ou congênita, em que será admitido laudo sem limitação temporal, desde que contenha informações suficientes para a plena caracterização da deficiência.

2.3. A Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos – DECA poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação da condição de deficiência por meio de avaliação realizada pelo Departamento de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional – DPMSO do MPMG, especialmente quando houver dúvida quanto ao enquadramento da condição declarada.

2.4. Quando a prova constar entre os critérios de seleção, o candidato com deficiência poderá requerer, até o último dia da inscrição, a majoração do tempo ou a adoção de outra condição necessária para a sua realização.

2.5. Ressalvada a hipótese do item 2.4, o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.6. O não atendimento às disposições desta seção implicará o indeferimento da solicitação de inscrição para vagas reservadas à pessoa com deficiência, permanecendo o candidato inscrito apenas para as vagas de ampla concorrência.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros e se enquadrarem nos parâmetros das regras de preenchimento de vagas reservadas a candidatos negros, observando-se, precipuamente, o objetivo da política de ação afirmativa de inclusão social.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros submeter-se-á a uma comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e ao fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada 10 (dez) candidatos, à seguinte ordem:

a) O primeiro, o segundo, o quinto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
b) O sexto candidato será admitido da lista de candidatos com deficiência;
c) O terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de candidatos negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

a) Os candidatos com deficiência ou negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência, não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas;
b) Na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
c) Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos com deficiência ou negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida aos demais candidatos, em todas as etapas.

III – DO ESTÁGIO:

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, **com disponibilidade para cumprimento da jornada de forma PRESENCIAL.**

2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:

a) A realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
b) O recebimento da bolsa-estágio mensal, no valor de R$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais);

c) A concessão de auxílio-transporte no valor de R$ 18,00 (dezoito reais) por dia estagiado presencialmente;
d) A concessão de seguro contra acidentes pessoais;
e) O recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento da Resolução PGJ nº 48/2021 e do presente Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico Edital nº 1596/2026 - Promotoria de Justiça Pompéu (Pós-graduação) – Preencher o formulário**, no período de 10/11/2026 a 20/11/2026.**

3.1. A confirmação da inscrição será encaminhada ao candidato, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), imediatamente após o correto preenchimento do formulário eletrônico.

3.2. Além de preencher o formulário do item 3, o candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros deverá enviar, até o último dia do prazo de inscrição, a autodeclaração disponibilizada no Portal do MPMG (Modelo de autodeclaracao racial.pdf), devidamente preenchida, assinada e em formato PDF, sob pena de desconsideração do documento, para o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, devendo o assunto do e-mail conter explicitamente o número do edital ao qual o candidato está concorrendo, sendo o documento válido exclusivamente para esse edital.

4. É de responsabilidade do candidato informar corretamente os dados pessoais e escolares.

5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, enviando um novo formulário de inscrição.

6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição, será considerado o último envio dentro do período de inscrição determinado neste Edital.

7. Caso haja alteração de e-mail, telefone ou dados curriculares informados no ato de inscrição, é de responsabilidade do candidato mantê-los atualizados, mediante comunicação ao e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, a fim de viabilizar os contatos necessários.

8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato, com o cancelamento da sua inscrição e a anulação dos atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V – DO PROCESSO SELETIVO:

1. O processo de seleção compreenderá 03 etapa (s).

1.1. A primeira etapa, será de prova escrita, no valor total de 100 pontos, de caráter eliminatório e classificatório.

1.1.1. A prova será realizada no dia 14/12/2026, às 9 horas, com duração total de 4 horas, na Praça Governador Valadares, nº 12, Centro - Pompéu MG (SINE).

1.1.2. A Promotoria de Justiça de Pompéu será a responsável pela elaboração e correção da prova, assim como pela análise de eventuais recursos.

1.1.3. O conteúdo programático da prova abrangerá os seguintes temas, bem como o uso correto da língua portuguesa:

1. DIREITO PENAL
1.1. Código Penal – Decreto-Lei n.º 2.848/1940
1.1.1. Parte Geral: arts. 1º a 120.
1.1.2. Crimes contra a pessoa: arts. 121 a 154-B.
1.1.3. Crimes contra o respeito aos mortos: arts. 209 a 212.
1.1.4. Crimes contra a dignidade sexual: arts. 213 a 234-C.
1.1.5. Crimes contra a fé pública: arts. 289 a 311-A, especialmente art. 311.
1.1.6. Crimes contra a Administração Pública: arts. 312 a 359-H.
1.2. Legislação Penal Especial
1.2.1. Lei n.º 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro: arts. 291 a 312-B.
1.2.2. Lei n.º 11.343/2006 – Lei de Drogas: arts. 28, 33 a 48 e 54 a 59.
1.2.3. Lei n.º 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.
1.2.4. Lei n.º 8.072/1990 – Crimes Hediondos.
1.2.5. Lei n.º 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento: arts. 12 a 21.
1.2.6. Lei n.º 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais.
1.2.7. Decreto-Lei n.º 3.688/1941 – Lei das Contravenções Penais.

2. DIREITO PROCESSUAL PENAL
2.1. Código de Processo Penal – Decreto-Lei n.º 3.689/1941
2.1.1. Inquérito policial e ação penal: arts. 4º a 62.
2.1.2. Acordo de não persecução penal: art. 28-A.
2.1.3. Denúncia: arts. 41, 395 e 396.
2.1.4. Provas e medidas cautelares probatórias: arts. 155 a 250.
2.1.5. Prisões, medidas cautelares pessoais, liberdade provisória e fiança: arts. 282 a 350.
2.1.6. Citações, intimações e revelia: arts. 351 a 372.
2.1.7. Sentença: arts. 381 a 393.
2.1.8. Procedimento comum: arts. 394 a 405.
2.1.9. Tribunal do Júri: arts. 406 a 497.
2.1.10. Nulidades: arts. 563 a 573.
2.1.11. Recursos: arts. 574 a 620.
2.2. Legislação Processual Penal Especial
2.2.1. Lei n.º 9.099/1995 – Juizados Especiais Criminais: arts. 60 a 92.
2.2.2. Lei n.º 7.960/1989 – Prisão Temporária.
2.2.3. Lei n.º 9.296/1996 – Interceptação Telefônica.

2.2.4. Lei n.º 12.850/2013 – Organizações Criminosas.

3. DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL
Lei n.º 7.210/1984 – Lei de Execução Penal
3.1. Direitos e deveres do condenado: arts. 10 a 60.
3.2. Órgãos da execução penal: arts. 61 a 81-B.
3.3. Regimes, progressão e regressão: arts. 110 a 119.
3.4. Faltas disciplinares: arts. 49 a 60.
3.5. Remição: arts. 126 a 130.
3.6. Livramento condicional: arts. 131 a 146.
3.7. Suspensão condicional da pena: arts. 156 a 163.
3.8. Soma e unificação de penas: arts. 66, III, a, e 111.
3.9. Penas restritivas de direitos e multa: arts. 147 a 170.
3.10. Incidentes da execução: arts. 180 a 193.
3.11. Agravo em execução: art. 197.

4. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente
4.1. Arts. 1º a 6º.
4.2. Arts. 19 a 52-D.
4.3. Arts. 98 a 125.
4.4. Arts. 131 a 140.
4.5. Arts. 155 a 163.
4.6. Arts. 171 a 190.
4.7. Arts. 200 a 205.
4.8. Lei n.º 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

5. TUTELA COLETIVA E ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
5.1. Constituição Federal: arts. 127 e 129.
5.2. Lei n.º 7.347/1985 – Lei da Ação Civil Pública.
5.3. Resolução CNMP n.º 23/2007 – Inquérito Civil.
5.4. Resolução CNMP n.º 174/2017 – Notícia de Fato e Procedimento Administrativo.
5.5. Resolução CNMP n.º 164/2017 – Recomendações Ministeriais.
5.6. Lei n.º 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público: arts. 25 a 27.

6. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
6.1. Constituição Federal: arts. 5º a 17, 37, 38, 70 a 75 e 127 a 129.
6.2. Lei n.º 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, com as alterações da Lei n.º 14.230/2021.
6.3. Lei n.º 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
6.4. Lei n.º 9.637/1998 – Organizações Sociais.
6.5. Lei n.º 9.790/1999 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
6.6. Decreto-Lei n.º 4.657/1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): arts. 20 a 30.
6.7. Responsabilidade civil do Estado: art. 37, § 6º, da Constituição Federal.
6.8. Controle da Administração Pública: arts. 70 a 75 e 129 da Constituição Federal.

7. DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS
7.1. Intervenção do Ministério Público: arts. 176 a 181 do CPC (Lei n.º 13.105/2015).
7.2. Tutela jurisdicional: arts. 294 a 311, 497, 536 e 537 do CPC.

7.3. Curatela e interdição: arts. 747 a 758 do CPC.
7.4. Direito de Família: arts. 1.511 a 1.727 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).
7.5. Ações de família: arts. 693 a 699-A do CPC.
7.6. Ações de alimentos: Lei n.º 5.478/1968; arts. 528 a 533 e 911 a 913 do CPC.
7.7. Direito das Sucessões: arts. 1.784 a 2.027 do Código Civil.
7.8. Inventário e partilha: arts. 610 a 673 e 719 a 743 do CPC.
7.9. Estatuto da Pessoa Idosa: Lei n.º 10.741/2003.
7.10. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei n.º 13.146/2015.
7.11. Direito à saúde: Lei n.º 8.080/1990.

8. REDAÇÃO JURÍDICA E PROVA PRÁTICA
8.1. Interpretação de textos e documentos jurídicos.
8.2. Correção gramatical, clareza, coesão e coerência textual.
8.3. Estruturação de relatório, fundamentação e conclusão.
8.4.Elaboração de manifestações ministeriais, denúncias, representações por ato infracional e despachos em procedimentos extrajudiciais.
8.5. Interpretação de elementos probatórios e identificação das providências judiciais e extrajudiciais cabíveis.

DISPOSIÇÃO GERAL: Será exigido o conhecimento da legislação vigente, consideradas as alterações em vigor até a data definida no edital, bem como da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça pertinente aos assuntos previstos.

1.1.4. **Será permitida a consulta a legislação seca.**

1.1.5. O candidato deverá comparecer no local previsto para realização da prova com, no mínimo, 20 (vinte) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição.

1.1.6. Não será admitida a entrada, na sala da prova, do candidato que se apresentar após o horário de início.

1.1.7. Durante a realização da prova proceder-se-á à identificação civil dos candidatos, mediante a verificação do documento de identidade e coleta de assinatura.

1.1.8. Será excluído da seleção o candidato que:
a) Recusar-se a ser identificado;
b) Identificar-se na folha de respostas;
c) Retirar-se do recinto durante a realização da prova sem a devida autorização;
d) For surpreendido em comunicação com outro candidato ou com pessoa estranha, por escrito ou por qualquer outro meio, bem como se utilizar notas, livros, impressos ou qualquer forma de consulta não autorizada;
e) Portar ou fizer uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
f) Desrespeitar os aplicadores da prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos candidatos.

1.2. A segunda etapa, será de valoração de mérito, consistente na análise curricular, de caráter classificatório.

1.2.1. O critério para a avaliação será o de maior pontuação obtida, conforme Ato do Ceaf n. º 01/2024.

1.2.2. A avaliação curricular será realizada com base na seguinte pontuação:

a) Publicação de artigo jurídico: 0,5 (meio) ponto por artigo publicado, até o máximo de 1 (um) ponto;
b) Monitoria acadêmica: 1 (um) ponto a cada 6 (seis) meses de exercício, até o máximo de 2 (Dois) pontos;
c) Participação em atividades acadêmicas (projetos de extensão, cursos, palestras ou conferências na área jurídica, com carga horária mínima de duas horas): 0,5 (meio) ponto por atividade, até o máximo de 2 (dois) pontos;
d) Atuação em Núcleo de Prática Jurídica: 1 (um) ponto a cada 6 (seis) meses de participação, até o máximo de 2 (dois) pontos;
e) Estágio no Ministério Público do Estado de Minas Gerais: 2,5 (dois e meio) pontos a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 10 (dez) pontos;
f) Estágio em órgãos públicos: 2 (dois) pontos a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 16 (dezesseis) pontos;
g) Estágio em empresas privadas: 1 (um) ponto a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 4 (quatro) pontos;
h) Outras experiências jurídicas (advocacia privada, assessoria jurídica ou funções similares, desde que exijam graduação em Direito): 1,5 (um e meio) ponto a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 6 (seis) pontos.

1.2.3. A publicação de artigo jurídico será atestada mediante apresentação de cópia do artigo integralmente publicado, acompanhada de comprovante de publicação.

1.2.4 Os cursos, palestras e conferências mencionadas na alínea “c” deverão ser comprovados mediante apresentação de certificado de participação, cuja carga horária mínima seja de 2 (duas) horas, emitido por instituição reconhecida, com assinatura ou autenticação eletrônica válida.

1.2.5. Para fins de atribuição de pontuação relativa às alíneas “b”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 1.2.2, o candidato deverá informar, no currículo, obrigatoriamente, as datas de início e de término de cada atividade, constando, no mínimo, mês e ano. A ausência dessas informações implicará na desconsideração da atividade para fins de pontuação.

1.2.6. A atuação na advocacia privada será comprovada mediante a apresentação de um dos seguintes itens: cópia de 5 (cinco) atas de audiências em que conste o nome do candidato como advogado constituído; cópia de 5 (cinco) peças processuais protocoladas, assinadas pelo candidato como advogado responsável ou coautor; cópia de contrato, com identificação e data, de prestação de serviços advocatícios a clientes; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com registro de vínculo empregatício em escritório de advocacia ou em setor jurídico de empresa.

1.2.7. Recomenda-se que o candidato informe, no currículo, o curso de pós-graduação que esteja cursando ou que já tenha concluído.

1.2.8. **O currículo, acompanhado da respectiva documentação comprobatória, deverá ser enviado no formato PDF para o e-mail pj1pompeu@mpmg.mp.br, no período de 10/12/2026 a 15/12/2026.**

1.2.9. O candidato que não enviar seu currículo e a respectiva documentação comprobatória no prazo estipulado no item anterior será desclassificado.

1.2.10. Somente serão analisados os currículos de candidatos que efetuarem previamente a inscrição.

1.2.11. Poderá ser exigida, a qualquer tempo, a complementação da documentação comprobatória das informações declaradas no currículo.

1.2.12. A constatação de informação falsa no currículo implicará na desclassificação imediata do candidato, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e das sanções penais cabíveis.

1.2.13. A Promotoria de Justiça de Pompéu será a responsável pelo recebimento, análise e valoração dos currículos, assim como pela análise de eventuais recursos.

1.3. A terceira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, será uma entrevista.

1.3.1. Na etapa de entrevista serão atribuídos até 100 (cem) pontos, distribuídos conforme os seguintes critérios:

a) Raciocínio jurídico e capacidade de resolução de problemas: aptidão para analisar situações concretas, identificar questões juridicamente relevantes e propor soluções adequadas e fundamentadas – 35 (trinta e cinco) pontos;
b) Organização, autonomia e iniciativa: capacidade de estabelecer prioridades, administrar prazos, desenvolver atividades com autonomia supervisionada e identificar providências necessárias – 30 (trinta) pontos;
c) Comunicação, clareza e capacidade de argumentação: objetividade, coerência, organização das ideias, domínio da linguagem jurídica e capacidade de fundamentar conclusões – 20 (vinte) pontos;
d) Postura profissional, responsabilidade e trabalho em equipe: ética, comprometimento, receptividade a orientações, relacionamento interpessoal e capacidade de atuação colaborativa – 15 (quinze) pontos.

1.3.2. A etapa de entrevista será realizada no dia 12/01/2027, horário 14h, no endereço Rua José Cipriano de Campos, n.º 322, Pompéu/MG, sendo que os candidatos deverão comparecer na data e local agendados munidos de documento de identidade com foto.

1.3.3. A Promotoria de Justiça de Pompéu será a responsável pelo agendamento e a realização da entrevista.

VI – DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO:

1. Será desclassificado o candidato que não alcançar, na prova escrita, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total atribuída à etapa.

1.1. Avançarão à etapa de entrevista os 6 (seis) candidatos melhores classificados na primeira e segunda etapa.

1.2. Caso os 6 (seis) candidatos melhores classificados não atendam à convocação para a etapa seguinte, serão sucessivamente chamados os candidatos subsequentes, até que se complete o total de 6 (seis).

2. Será desclassificado o candidato que não obtiver 60% (sessenta por cento) da pontuação distribuída na etapa de entrevista

3. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida.

4. Em qualquer caso de empate, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando o ano, mês e dia de nascimento.

5. A relação de classificação atenderá à ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, observada a aplicação das cotas, nos termos e critérios previstos neste edital, sendo os candidatos nomeados em estrita observância a essa ordem.

6. O resultado do processo de seleção será publicado no Diário Oficial do MPMG e divulgado no Portal do MPMG.

VII – DOS RECURSOS:

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação no Diário Oficial. O candidato que desejar interpor recurso deve preencher formulário próprio disponibilizado no Portal do MPMG (Formulário de Recursos), disponível em: Estágio e Residência; Área do Candidato; Recursos. Em seguida, enviá-lo, em formato PDF, para o e-mail recursos@mpmg.mp.br.

2. O recurso será encaminhado para apreciação do responsável pela seleção, conforme artigo 20, inciso VII, da Resolução PGJ n. º 48/2021, com cópia para o *e-mail* do candidato.

3. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, sob pena de indeferimento sem análise do mérito.

4. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

6. O não encaminhamento da comunicação nos termos e prazo estabelecidos nesta seção implicará a não apreciação do recurso.

VIII – DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO:

1. O candidato classificado será convocado em observância da ordem de classificação, conforme disposto no capítulo VI deste Edital.

2. A convocação oficial será feita por *e-mail* pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos, mediante solicitação realizada pela unidade.

3. Após a convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

a) Aceitar a vaga ofertada;
b) Solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
c) Desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

4. Será considerado desistente o candidato que não responder à convocação no prazo estipulado.

5. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no Capítulo II, poderá recusá-la, sem prejuízo de sua classificação no cadastro de reserva, desde que manifeste expressamente a recusa no prazo estipulado na convocação. A ausência de manifestação será considerada desistência da nomeação, nos termos do item 4.

6. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.

7. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

8. A relação de documentos necessários para nomeação, conforme Resolução PGJ nº 48/2021, bem como as diretrizes necessárias para o devido encaminhamento, serão informadas no momento da convocação.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

1. Para a solução de quaisquer problemas relacionados à inscrição ou ao envio da autodeclaração, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* estagio-inscricao@mpmg.mp.br.

2. Para esclarecimento de dúvidas sobre o processo seletivo e os critérios de classificação, o candidato deverá entrar em contato diretamente com a unidade responsável pelo processo seletivo, por meio do e-mail pj1pompeu@mpmg.mp.br.

3. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado da seleção.

4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.

5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora do Ceaf.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2026.

Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo
Procuradora de Justiça
Diretora do Ceaf

Ana Carla Côrrea de Oliveira
Promotora de Justiça
Responsável pela seleção